

COORDENAÇÃO DESTA EDIÇÃO DIHS/ENSP/FIOCRUZ

Brasil, saúde do trabalhador e a maldição do B

Nesta edição

Editorial – Brasil, saúde do trabalhador e a maldição...	1
Entrevista – Cecília Paiva Neto Cavalcanti	2-4
Artigo do mês – Thiago Sebastião de Melo	5-6
Perfil Sindical – Teresa Cristina Mata Pujals	7
Trabalhadores Anônimos – Adalgisa Ferreira	8
Informes	9

EDITORIAL*

Brasil começa com a letra B. Nada contra a Bela letra que inicia as coisas Belas, os momentos Bacanas, as Boas lembranças, os Beijos de amor, as Brinadeiras da infância, as pessoas Bondosas. Mas, hoje, por lástima de um destino Borrado por um parlamento Bandido, o Brasil perdeu seu Brado de Bravura. Os heróis do Brasil acabaram sendo os anunciados enfaticamente durante 14 anos pelo Bial: os/as Bonitinho/as do Big Brother Brasil. Como dizia Bial em sua premonição: *meus heróis!!!* Nossos heróis não morreram de overdose, enganou-se Cazuza, “nossos heróis” são os Bonitinho/as do Big Brother Brasil, hoje alojados no parlamento Brasileiro. Com algumas diferenças na regra do jogo Burlado: quem vai para o paredão é o povo Brasileiro. O espetáculo midiático do BBB parlamentar, cuja Base de sustentação da hipocrisia, do cinismo e da corrupção é organizado em Bancadas é um festival de desrespeito explícito com o povo Brasileiro. Tudo em nome das Bancadas do B. Bancada do Boi; Bancada da Bala, Bancada da Bíblia, Bancada da Bula. A defesa de seus interesses particulares cobra um preço ao país que afeta diretamente a todos os trabalhadores e reflete na sua saúde e na de toda a população Brasileira. A Bancada do Boi, vulgo ruralista, atinge a saúde dos trabalhadores diretamente sem piedade: na devastação do meio ambiente, no uso insaciável dos agrotóxicos, na defesa do trabalho escravo, na impiedosa precarização do trabalho, na expulsão de populações trabalhadoras locais, na utilização de trabalho infantil, nas piores formas, em suas cadeias produtivas, e no desemprego em massa causado pela mecanização ostensiva sem responsabilidade social. Fonte de doença. A Bancada da Bala defende o indefensável: a indústria vestida para matar, garantindo a volta à Barbárie de todos armados contra todos, com o lema velado: uma arma, uma morte à espreita. Fonte de violência. Fonte de doença. A Bancada da Bíblia garante o retrocesso na cultura, nas artes, nos costumes, na liberdade de escolha dos caminhos individuais e coletivos da profissão de fé, prega a discriminação contra as pessoas nas suas opções afetivas e prega a criminalização de milhões de mulheres, cujo único erro é: ser mulher dona de seu corpo. Fonte de morte. Fonte de violência simbólica. Fonte de doença.

A Bancada da Bula, majoritariamente composta de médicos, rasga o juramento de cuidar da saúde das pessoas, ao defender a saúde como um Bem de mercado, uma mercadoria a ser comprada, sabendo que a maioria esmagadora da população não terá acesso aos planos de saúde privados. Fonte de doença. O Ministério da Saúde mudará de nome para Ministério da Doença.

A hora é de Bola ou Búlica. Benedição do B. No tempo em que as crianças Brinçavam nas ruas de terra, nos terrenos Baldios, nos parques, nos quintais, tempo em que não havia celulares e muito menos motivos para tantos ais, eram muitos os folguedos. Fonte de saúde. Do pique ao pique-esconde, da amarelinha à cabra-cega, tempo das cantigas de roda, dos jogos de anel ao queimado e ao pica-pau, da pipa e da pelada, os meninos, principalmente, jogavam Bola de gude. Fonte de saúde. É muito provável que os meninos de hoje, nativos digitais, nunca tenham ouvido falar ou visto uma Bola de gude. Eram três Buraquinhos no chão de terra - as Búlicas -, afastados cada um de um metro e pouco e se jogava as Bolinhas de gude para acertar a Bola adversária ou acertar a Búlica. Fonte de saúde. A expressão Bola ou Búlica acabou por significar popularmente, pelo menos para os antigos, ‘é isso ou aquilo’, ‘é tudo ou nada’! Pois, para confrontar a maldição do B só a Benedição do B com Bola ou Búlica. Com tudo ou nada contra os malfazejos da política Brasileira. E tudo ou nada é dar maior visibilidade à nossa indignação, viralizar as redes sociais com nomes e cpf dos que nos tiram a esperança, transformar nossas apatias institucionais em atitudes cívicas institucionalizadas de defesa da dignidade, usar cada espaço, na fila, na chuva, no Bar como tribuna da resistência, judicializar contra os que amaldiçoam a política, lutar a incansável luta. Fonte de saúde. No Fórum Intersindical, cujo tema é a saúde do trabalhador, os três principais segmentos: sindicatos, academia, serviços têm muito mais a oferecer desde seus lugares de fala. Talvez seja a hora de mudar nossas palavras de ordem e uma delas é ou Bola ou Búlica. ■ ■ ■

*Os editoriais do Boletim expressam a opinião da coordenação do Fórum Intersindical e nem sempre a de todos os participantes. A cada reunião ordinária, os editoriais são debatidos, suscitando divergências e provocando reflexões, na perspectiva de uma arena democrática, criativa e coletiva de encontros de ideias em prol da saúde dos trabalhadores.

A fala da Saúde do Trabalhador



Cecília Paiva Neto Cavalcanti

Cecília é graduada em Serviço Social (1994) pela Escola de Serviço Social (ESS) da UFRJ [Universidade Federal do Rio de Janeiro] e doutora em Serviço Social (2004) pela ESS/UFRJ. É professora da ESS/UFRJ, onde coordena o Laboratório de Estudos sobre Proteção Social e Trabalho (LepSot). Mestre de uma jovem geração de profissionais do Serviço Social, Cecília tem uma contribuição inestimável na formação de quadros que hoje mantêm a chama da saúde do trabalhador em várias instituições pelo Brasil, especialmente no Sistema Único de Saúde (SUS). Nesta entrevista, Cecília conta um pouco de sua trajetória e da forma de aliar educação com militância.

Fórum - Cecília, como você chegou na saúde do trabalhador (ST)?

Cecília - Minha incursão na ST tem início em 1992 quando me inseri, ainda estudante de serviço social da ESS/UFRJ, numa pesquisa-extensão em ST realizada com os trabalhadores aeroviários do Rio de Janeiro, coordenada pelas Professoras Amarita Valério Lages e Marisa Sena. Resultante desta ação foi criado um plantão de atendimento à ST na Secretaria de Saúde do Sindicato Nacional dos Aeroviários (SNA) e firmado um convênio com o Ambulatório de Doenças Ocupacionais do Hospital Universitário Pedro Ernesto da UERJ [Universidade Estadual do Rio de Janeiro]. Além do atendimento médico-social aos aeroviários, criou-se um banco de dados sobre as condições de trabalho da categoria, de modo a melhor orientar as ações do SNA, sobretudo as de fiscalização. No ano seguinte fui contratada pela ASPAC [Associação dos Servidores do Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural], atualmente IPHAN [Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional], para desenvolver um estudo sobre as condições de trabalho dos seus servidores, de modo a subsidiar a implantação de CIPAs [Comissões Internas de Prevenção de Acidentes] nas suas unidades. Como o IPHAN é uma instituição pública, a legislação trabalhista que rege as relações de trabalho é o Regime Jurídico Único (RJU), no qual não estavam previstas e nem garantidas as CIPAs, tampouco outras medidas de caráter preventivo. O RJU restringia-se, no que tange às relações saúde-trabalho, a benefícios, assistência e monetarização dos riscos. Preocupada com o respaldo

legal para viabilizar e, sobretudo, garantir a permanência das CIPAs, fui parar no CONSEST/RJ [Conselho Estadual de Saúde do Trabalhador/Rio de Janeiro]. Como o IPHAN não era o único a colocar a demanda da urgência da ST no serviço público, essa consulta originou, no período de julho a novembro de 1993, um grupo de trabalho multidisciplinar/interinstitucional, assessorado pelo Programa de Saúde do Trabalhador da Secretaria Estadual de Saúde (PST/SES/RJ), com apoio do CONSEST/RJ. O trabalho resultou num documento com diretrizes para o estabelecimento de comissões de ST nos órgãos públicos, apresentado e aprovado na II Conferência Estadual de Saúde do Trabalhador/RJ (1993), e na II Conferência Nacional de Saúde do Trabalhador (1994). Apesar de aprovada nessas duas instâncias, não provocou um debate e mobilização mais amplos em torno da ST no serviço público. Seria preciso mais uma década para que a questão se constituísse em objeto de reivindicação mais ampla nas instâncias de controle social e para que o Estado patrão legislasse sobre a matéria no RJU. A sistematização dessa experiência, em que foi problematizada a ausência da ST no serviço público, resultou no meu Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado em julho de 1994. Por conta da monitoria durante minha graduação, ingressei no mestrado com a intenção de seguir a carreira docente.

E mantive meus estudos no campo da ST. Meu objeto foi construído a partir da experiência nas Conferências/ST e cooperação entre as instituições participantes daquele projeto que visou a implantação das comissões de ST nos órgãos públicos.

E foi participando do curso de mapeamento de riscos promovido pelo PST/SES/RJ na UFRJ [Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro] que me chamou a atenção o papel das universidades nesse processo. No trabalho de campo do curso, no Instituto de Química, observei uma aula prática em que os alunos manipulavam substâncias químicas sem uso de equipamentos de proteção, sentados nas bancadas, ignorando os riscos a que estavam expostos. Após conhecer, pelo técnico do laboratório, a ausência de equipamentos de proteção coletiva, a frequência de acidentes, a falta de tratamento adequado de esgoto, resíduo e lixo, muitas vezes depositados no próprio campus, resolvi olhar para a universidade. Enquanto órgão de produção e difusão de conhecimentos, cuja atividade-fim de ensino e pesquisa serve à sociedade na formação e aperfeiçoamento de profissionais, pesquisadores e docentes, seria fundamental olhar para essas questões. O papel da universidade na área da saúde relacionada ao trabalho deve levar em conta não só esses conteúdos nas grades curriculares, mas, principalmente, suas próprias condições de trabalho. Quando inadequadas, além dos riscos à comunidade, refletem e repercutem, negativamente, na própria formação do aluno. Ao apreender o saber profissional inadequadamente, sem instrumentos adequados, sem equipamentos de proteção, sem treinamentos voltados para a ST, os alunos tendem a naturalizar essas condições e reproduzi-las futuramente em seus trabalhos e práticas profissionais. Dentro do latifúndio que é a universidade pública e sua missão ancorada no tripé ensino-pesquisa-extensão, elegi estudar, junto à Faculdade de Medicina da UFRJ, como o trabalho, enquanto determinante central do processo saúde-doença, estava sendo abordado na formação médica no Brasil, considerando suas competências na ST e sua adequação aos preceitos do SUS.

Fórum - Como você atua, hoje, na ST?

Cecília - Por conta da minha trajetória, constituí um projeto voltado para a promoção da atenção à ST nas instituições públicas, desenvolvido a partir de demandas que me chegaram, enquanto supervisora de alunos em estágio na área da saúde da ESS/UFRJ. Passei a ofertar cursos de ST, sendo que um deles (2011), junto com a UNIRIO [Universidade Federal do Rio de Janeiro], contou com recursos do MPOG [Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão], exclusivamente para servidores federais. Objetivou divulgar e qualificar

para a operacionalização da então recente Política de Atenção à Saúde do Servidor do Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor (PASS/SIASS). Os textos de apoio, escritos pelos instrutores (docentes, especialistas e profissionais diversos), resultaram no Cadernos do Curso de Capacitação em Promoção e Vigilância em Saúde do Trabalhador. Desde 2013 assessoro equipes de serviço social do setor de saúde da Justiça Federal/RJ no desenvolvimento de um estudo sobre o adoecimento dos seus servidores, como estratégia para a construção de uma política de atenção à ST no Judiciário. Ressalto que os servidores do judiciário federal, apesar de regidos pelo RJU, não são abarcados pela PASS/SIASS, por isso o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) instituiu a Política de Atenção à Saúde de Magistrados e Servidores do Poder Judiciário (Resolução 207, de 15/10/2015). Apesar de ter diferentes políticas, reforçando a fragmentação e heterogeneidade das relações de trabalho no serviço público, essas legislações são marcos importantes, visto a omissão histórica do Estado enquanto patrão na atenção à saúde dos seus servidores.

Fórum – Cecília, como vê a ST, atualmente, no Brasil?

Cecília - Vejo uma série de dificuldades, não só no campo da intervenção, na qual permanecem a fragmentação de ações, com mais de uma política para a área, o que esvazia e anula qualquer uma e não dá nenhuma direção efetiva, mas, sobretudo como se dá a exploração do trabalho a partir do reordenamento do sistema capitalista pós 1970. Para recuperar as taxas de lucro e manter a dinâmica da acumulação contínua e ampliada, em período de pífio crescimento econômico, o capital vem fazendo uso de práticas predatórias, saqueando mão de obra barata e, preferencialmente, dócil, que se viabiliza e se torna materializada, de forma implacável, com a externalização e desterritorialização da produção. A flexibilização das relações de trabalho, sobretudo através da terceirização e subcontratações em efeito cascata (quarteirizações, quinteirizações etc.), converte o emprego em trabalho temporário, intermitente, parcial, remunerado não mais através do salário convencional, mas por peça, tarefa, produção, hora, em remunerações individuais e revisáveis, condicionado a metas com prazo, em que os fatores tempo e produção são contabilizados no cálculo da remuneração. A terceirização tem sido o principal veículo para transferência de riscos e custos com o trabalho, aumento dos lucros, e, principalmente, retirada das relações de trabalho da esfera do direito do trabalho para recolocá-las na esfera comercial, no qual o trabalho é convertido em atividades de serviços, e o

Cecília Paiva Neto Cavalcanti

trabalhador é contratado não mais dentro da relação salarial, mas comercial, como prestador de serviços: microempreendedor individual (MEI)! A precariedade constitui a base das relações de trabalho hoje e responde não só ao imperativo econômico de desoneração do capital, como também é um fator estrutural da regulação neoliberal desse trabalho difuso, cuja centralidade se baseia no conhecimento, que delega ao trabalho uma crescente autonomia na organização da produção, mesmo que restrita. Assim, temos um cenário marcado pelo desemprego estrutural, subocupação (obrigando o IBGE a rever sua metodologia para medir o desemprego, passando a incluir como desempregadas, as pessoas que apresentem insuficiência de horas trabalhadas), desassalariamento compensado pelo endividamento, formas análogas à escravidão, com predominância das formas mais degradantes de trabalho. O comprometimento da ST, em função do rebaixamento das remunerações, longas jornadas, ritmos íntensos, locais inseguros, sujeitos a condições precárias, ausência de proteção e violações dos direitos do trabalho é evidente. Além disso, os trabalhadores, alocados nos serviços, com inúmeras relações contratuais, apresentam dificuldade de organização por conta da fragmentação no trabalho. A luta pela garantia de uma renda suficiente, universal e incondicional, ao mesmo tempo que se constitui num mecanismo de garantia de existência social, reconfigurando a relação entre cidadania e trabalho, detém potencial aglutinador de várias lutas - proteção ambiental, soberania alimentar, ST, sem-terra, sem-teto, desempregados, informais, usuários da assistência social. No caso destes últimos porque promove a emancipação da renda assistencial que impõe aos seus assistidos cumprir condicionalidades e aceitar o acompanhamento familiar feito por profissionais da assistência, com seus instrumentos "invasivos" e "autoritários". A defesa da renda existencial, espécie de salário social como mecanismo de

distribuição do que é produzido coletivamente, direta ou indiretamente, pode levar à emancipação do trabalho da esfera da produção do valor e mais-valia, permitindo à força de trabalho recompor e fortalecer o poder de negociação do preço e das condições de trabalho na luta contra a precariedade. Apesar da defesa de uma renda nesses moldes emergir e vir sendo tecida e amadurecida internacionalmente por acadêmicos, sindicalistas, políticos, ativistas, desde 1970, observamos ainda uma grande resistência por parte tanto do movimento sindical quanto das esquerdas. Consideram a renda desassociada do trabalho, assim como à assistência social, como filantropia, prática assistencialista aos pobres e, portanto, não assumida como bandeira de luta do trabalho. Veem com receio o comprometimento que isso pode trazer, como a diminuição ou até mesmo eliminação dos direitos previdenciários e outros percebidos na forma monetária. No fundo me parece que a questão é a dificuldade de desassociarmos a proteção social e a cidadania da relação com o emprego. Contudo, o trabalho hoje se torna produtivo antes e fora da relação de capital, o que implica numa inversão da lógica de como se constituíram os direitos no capitalismo industrial, em que ao invés da inserção nos direitos ser consequência da integração na relação salarial, a cidadania se torna condição prévia para tornar-se produtivo.

Fórum – Cecília, como você vê a relação da academia com o movimento sindical na ST?

Cecília - Tanto o movimento sindical quanto a academia têm os desafios de capturar a forma como o trabalho é hoje explorado pelo modelo produtivo vigente no atual estágio da acumulação capitalista; e compreender seus sujeitos e suas ações, considerando o duplo caráter da

força de trabalho, não apenas como produtora de valor, mas, sobretudo, de relações políticas.

A greve da Índia (2016), a maior da história, quando 180 milhões de trabalhadores pobres e precários paralisaram fábricas, transportes públicos, universidades, escritórios, plantações e ocuparam as ruas; no Brasil as lutas de 2013, movimento majoritariamente dos precários; as greves, em 2011, dos trabalhadores da construção civil, nas hidrelétricas de Belo Monte e Jirau, surpreenderam os próprios sindicatos e centrais, por terem sido gestadas e deflagradas ao largo das estruturas tradicionais, organizadas de maneira horizontal, sem liderança identificável. Esses movimentos expressam novas formas de organização, articulação e mobilização, mais horizontais e que, acima de tudo são emblemáticas da demanda por auto-representação política e social, por parte dos segmentos de trabalhadores que não se reconhecem na estrutura tradicional, que esteve fortemente associada ao capitalismo industrial e ao assalariamento, e não correspondem às formas predominantes do trabalho contemporâneo. O saldo disso: sindicatos surpreendidos e a reboque das suas categorias e a academia apresentando dificuldade de capturar essas lutas com seus instrumentos usuais de análise, muitas vezes procedendo a uma leitura equivocada ao tratá-las como movimento dos excluídos ou marginalizados. Tratar, analisar, essas lutas como movimento dos excluídos ou marginalizados é negar a atual composição técnica do trabalho e as formas predominantes de uso e exploração da força de trabalho. ■ ■ ■

Turismo e Saúde do trabalhador, uma viagem necessária na reestruturação produtiva do capital

artigo do mês

Você já se perguntou o que é turismo? Caso não, tudo bem. Não se assuste! Nem mesmo as próprias pesquisas sobre esse relevante fenômeno social têm se esforçado para responder esta questão.

Mas qual é mesmo a necessidade de pensar sobre ela?

É um tema que interessa ao campo de saber e questão social da saúde do trabalhador? Vejamos!

Com a reconfiguração produtiva do capitalismo contemporâneo o setor de serviços passa a se sobrepor à indústria nas sobredeterminações sociais.

Isso quer dizer que a superestrutura é reposicionada em função da importância que assume o setor de serviços, com rebatimentos diretos e indiretos no cotidiano dos sujeitos. Em termos econômicos o setor de serviços, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (2017), representa quase 75% do PIB nacional.

No entanto, o que marca efetivamente essa guinada na lógica do capitalismo contemporâneo é a reorganização das instituições e sociabilidades sobredeterminadas por essa lógica dos serviços. Segundo o economista da Universidade Estadual de Campinas, Marcio Pochmann (2017), ex-diretor do Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas - IPEA, com o fim do ciclo econômico centrado na industrialização, as subjetividades, coletivas e individuais, também ganham novos sentidos.

O turismo contribui duplamente nesse jogo. Por um lado, a tão exaltada e incentivada cadeia produtiva do turismo é um conglomerado de serviços que penetra múltiplas escalas e dimensões da vida, inclusive as instâncias mais imediatas e cotidianas. A (proposital) falta de rigor conceitual sobre o que seja o turismo na sociedade atual permite que se comemore os vultuosos e crescentes índices econômicos turísticos, sem conectá-los com a realidade concreta dos sujeitos.

Assim, por outro lado, o turismo cumpre imperioso e naturalizado papel de funcionar como dispositivo de harmonização social, num momento de agudização dos antagonismos de classe, que vão da concentração de terra e renda, passando pela destruição de milhões de postos de trabalho, chegando ao extremo da valorização do direito patrimonial em detrimento do direito à vida!

Importa compreender o turismo como fenômeno social, portanto, multiescalar e multidimensional, porque essa narrativa de que o turismo possa ser ao mesmo tempo vetor de desenvolvimento local/regional e suporte para o desenvolvimento sustentável do capitalismo é insidiosa e perversa! Quero refletir sobre as implicações dessa leitura economicista, hegemonicamente aceita, para a saúde do trabalhador...

Pode não parecer, mas o Boletim Informativo já se ocupou de assuntos concernentes ao turismo (pelo menos desde o entendimento deste como fenômeno social).

Thiago Sebastião de Melo

O turismo conteve e esteve contido em temas abordados anteriormente, dos quais destacamos: o 9º Boletim com as convenções coletivas, ponto quase inexistente no debate turístico; o 10º com os comerciários e seus novos ares e novas lutas, das quais o turismo faz parte indissociável; o 11º com o Sindicato dos Rodoviários, segmento extremamente importante para uma análise séria e profunda acerca do turismo; o 14º com as mortes ocorridas nos megaeventos esportivos realizados no país, cujo retorno econômico por meio do turismo foram suas principais justificativas; o 22º com a flexibilização do trabalho, que opera calada e penosamente no turismo; e, por fim, o 23º com o relato simbólico sobre o segurança de um estabelecimento ligado à cadeia produtiva do turismo.

...essa narrativa de que o turismo possa ser ao mesmo tempo vetor de desenvolvimento local/regional e suporte para o desenvolvimento sustentável do capitalismo é insidiosa e perversa!

Como se vê, o turismo está aí, no dia a dia, muito mais que apenas nos momentos de viagens. Basta um olhar crítico para a realidade, como diria o sociólogo Florestan Fernandes. Essa mirada crítica permitirá enxergar, por exemplo, que a disputa pela representação sindical entre a Confederação Nacional do Turismo - CNTur e a Confederação Nacional do Comércio - CNC (CNTUR, 2017) evidencia a importância econômica crescente do turismo, alheia, entretanto, a qualquer perspectiva de classe e dos interesses dos sujeitos trabalhadores. A ausência dessa perspectiva, inclusive, transforma e reduz a mero segmento turístico a questão da saúde da classe trabalhadora. Isso se dá por duas vias. Na primeira, estrutura-se e promove-se o segmento Turismo de Saúde. Na segunda, ignoram-se condições degradantes às quais profissionais ligados à cadeia produtiva do turismo são submetidos/as. Há um comprometido silêncio das entidades que representam tais profissionais.

Estas duas vias se articulam, apesar de serem contraditórias. Vejamos, bem atentos, como o Ministério do Turismo/MTur (2010, p.15) define turismo de saúde:

“Turismo de Saúde constitui-se das atividades turísticas decorrentes da utilização de meios e serviços para fins médicos, terapêuticos e estéticos. Ressalta-se que os termos turismo hidroterma, turismo hidromineral, turismo hidroterápico, turismo termal, turismo de bem-estar, turismo de águas, turismo medicinal, turismo médico-hospitalar, entre outros, podem ser compreendidos de maneira genérica como Turismo de Saúde”.

continua

O MTur, bem como hegemonicamente o conjunto dos representantes, públicos ou privados, da cadeia produtiva do turismo, cala-se sobre a destruição de biomas inteiros, como se isso nada tivesse a ver com o que definem como turismo de saúde. O Cerrado, berço das águas do Brasil e de Nuestra América (conhecida como América Latina), assiste a expansão do agronegócio e a devastação de seus bens comuns numa celeridade alarmante, diante do quê encontramos o mais absurdo silêncio dos referidos representantes. Quem ouviu falar de protestos da cadeia turística sobre os poços da estância turística hidromineral de São Lourenço (MG) que secaram com a extração ilegal da Nestlé, por exemplo? Mas vamos admitir, para efeitos demonstrativos, que os conflitos por água e território não desembocuem na inviabilização do dito turismo de saúde. Ainda assim, essa perniciosa complacência dos representantes de classe com os movimentos e contornos mais amplos do turismo no Brasil (e no mundo) resulta numa incongruência articulada. Entre vitórias e derrotas judiciais, a empresa de alimentação rápida (fast food) McDonald's tem protagonizado a implantação e defesa pública da jornada móvel, modalidade de contratação que deixa a pessoa empregada à disposição da empresa, mas só paga as horas efetivamente trabalhadas. Entre multas, ajustes de condutas, reincidências e vitórias judiciais a empresa, uma das mais fortes representantes do setor alimentício mundial, vai implantando e construindo uma prática que fragiliza a classe trabalhadora, que tem que se submeter a tais condições, dado o quadro social mais amplo no qual estar empregado precariamente é melhor que estar desempregado, ao mesmo tempo em que demonstra sua influência na correlação de forças no pêndulo judiciário. O turismo gastronômico e, de modo mais abrangente, o setor de alimentação, é um dos principais segmentos do turismo. Quer dizer, é responsável por grande parte das vultuosas quantias apresentadas quando se fala em economia do turismo. Entretanto, você ouviu falar dos protestos orquestrados por essa cadeia produtiva contra a empresa mencionada? Não! Porque eles não existiram. Com exceção de um ou outro (importante) sindicato de trabalhadores combativo, as ações de empresas como Nestlé e McDonald's ecoam no vale do turismo com lindas publicidades que as ligam ao desenvolvimento sustentável, à alimentação saudável, à responsabilidade e inclusão social etc., sem as proporcionais contestações que demonstrem a realidade. O MTur (2010) diz que a segmentação do turismo de saúde, como todas as políticas públicas de turismo, tem

a função primordial de reduzir a pobreza e de propiciar a inclusão social. Então, me parece mais honesto e realista começar o diálogo dizendo que empresas utilizam mecanismos de precarização do trabalho e de degradação dos bens comuns (água, solo, subsolo, fauna, flora, ar) que articulados inviabilizam o pretendido segmento. Mas o fato é que as empresas que atacam os bens comuns, bem como a saúde de quem trabalha, seja na cadeia do turismo ou não, contam com amplos financiamentos e incentivos por parte dos gestores de turismo. É chegada a hora de enfatizar que a saúde de quem vive da sua força de trabalho não pode ser tratada no âmbito de um entendimento turístico economicista e alienante. Se o turismo, como fenômeno social, se firma dia a dia como um dos mais importantes setores da reconfiguração produtiva do capitalismo contemporâneo, essa visibilidade precisa ser convertida em ganho para a classe trabalhadora, e não servir de condição para a turistificação da vida. Não é responsabilidade do sujeito buscar em seu tempo de não trabalho meios para repor suas condições mínimas de saúde exauridas durante as jornadas de trabalho (o dito turismo de saúde); é, ao contrário, responsabilidade do Estado, pressionado pela organização popular, impor aos empregadores que garantam condições adequadas de trabalho e que suas práticas não comprometam os bens comuns, como está definido no Código Mundial de Ética do Turismo (OMT, 1999). Por fim, término no ponto de partida. Para abrir caminhos e, não, fechá-los, fica a provocação: para uma compreensão aprofundada e engajada social e criticamente do turismo e suas imbricações com a saúde do trabalhador, é preciso refletir com o conjunto da sociedade e especificamente com quem trabalha na cadeia produtiva – o que é turismo? ■ ■ ■

Referências

- BRASIL. Turismo de saúde: orientações básicas. MTUR: Brasília (2010) Disponível em: <http://www.turismo.gov.br/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/Turismo_de_Sax_de_Versxo_Final_IMPRESsO_.pdf> Acesso 30/8/2017.
- CNTUR. (2017) Empresas do Turismo vencem batalha na Justiça e setor ingressa em outro patamar de desenvolvimento. Disponível em <<http://cntur.com.br/empresas-do-turismo-vencem-batalha-na-justica-e-setor-ingressa-em-outro-patamar-de-desenvolvimento-2/>> Acesso em 30/8/2017.
- Pochmann, Marcio (2017). Palestra proferida no Rio de Janeiro durante o XV Congresso da Associação Brasileira de Estudos do Trabalho.
- OMT. Código Mundial de Ética do Turismo. 1999. Disponível em: <<http://www.turismo.gov.br/publicacoes/item/651-codigo-de-etica-mundial-para-o-turismo.html>>. Acesso em: 14 jul. 2017.

Thiago Sebastião de Melo
Bacharel em Turismo pela UNESP
[Universidade Estadual Paulista].
Doutorando em Geografia pela
UFG [Universidade Federal de Goiás].
Militante de movimentos sociais,
vinculado especialmente aos que
lutam pelo direito à terra, é
membro da direção executiva do
Comitê Goiano de Direitos
Humanos Dom Tomás Balduino.

NOTA dos EDITORES

A produção acadêmica de textos, ditos científicos, não é acessível ao cidadão ‘comum’. Os milhares e milhares de textos produzidos e armazenados em revistas científicas, todos os anos, são lidos apenas entre os pares, ou seja, entre os mesmos que os escrevem. Ficam armazenados nas estantes de uma ‘ciência’ hermética, discriminatória e descolada da sociedade que, para ser conhecida do público, tem que ser traduzida nos jornais, revistas ‘leigas’, boletins, televisão, blogs, vídeos da internet, no boca-a-boca. No caso da saúde do trabalhador, essa situação é mais grave, pois o que se escreve sobre o tema deveria ter como alvo principal de divulgação, ora pois, os trabalhadores! Não é o que ocorre. Revistas ‘científicas’ que tratam da saúde do trabalhador não são “para o bico” dos trabalhadores comuns. E, cada vez mais, são cada vez menos “para o bico” dos próprios pesquisadores da saúde do trabalhador. São muitos os obstáculos para que nós, acadêmicos, professores, militantes, profissionais da saúde do trabalhador consigamos publicar em revistas ‘científicas’. Os julgadores dos textos são rigorosos, cujo rigor, guardado pelo anonimato, é de credibilidade duvidosa. Querem mudar conteúdo, questionar opiniões, mudar o método, mexer na alma do que está escrito. Além disso, revistas ‘científicas’ cada vez mais cobram para publicar, exigem tradução para o inglês, levam meses e até anos para dar respostas se aceitam ou não o artigo que parece ser tido como uma ameaça para uma estética científica de caráter dúbio e que não está preocupada em massificar e democratizar o conhecimento produzido. É com este espírito de resistência que a seção de artigos do Boletim do Fórum Intersindical pretende ser um espaço aberto e democrático de reflexão e difusão de conhecimentos. Mande seu texto. Participe! ■ ■ ■

PERFIL
SINDICAL

TERESA CRISTINA MATA PUJALS



Trabalhar no Sindicato dos Bancários de Brasília, com tempo e dedicação exclusiva para as causas dos trabalhadores, foi um belo coroamento de tanto tempo de trabalhadora pela vida afora, desde meu primeiro emprego na secretaria da escola em que estudava, no Colégio Guararapes, em São João de Meriti RJ. Tinha 13 anos, uma letra redondinha, na medida p'ra preencher os documentos administrativos e os diplomas dos formandos. Depois, conheci o chão de fábrica, na verdadeira acepção da palavra, na indústria do saudoso tio Salvador. Induflex, fábrica de artefatos de borracha. Tinha então 15 anos. Meu primeiro emprego lançado em carteira. Muito orgulho e aprendizado para toda a vida. Ônibus lotado, desde a Vila Rosali, em São João de Meriti, em pé, até Ramos. Também fui secretária na Nasajon Sistemas no centro do Rio. Tinha orgulho de trabalhar em escritório no centro. Muito bom.

Mais adiante, Apolo Produtos de Aço. Mais experiência de linha de produção, numa fábrica muito maior. Mais conhecimento sobre a luta de tantos trabalhadores. O tempo passando ... concurso para professora pública do RJ. Orgulho. Fascinação. Carreira que abracei com carinho, dedicação. Depois viria uma segunda matrícula. Percepção na pele, por muitos anos, do quanto o educador é desvalorizado. Falta salário, faltam condições de trabalho. Para sobreviver, entrei na Petroflex, na época subsidiária da Petrobras. Concurso público diferente e rotina pesada. De dia, fábrica de borracha. À noite, escolas públicas em Duque de Caxias. Finalmente, aprovação em concurso para o Banco do Brasil e para o Bemge [Banco do Estado de Minas Gerais]. O governo de Minas Gerais me chamou primeiro, resolvi fazer um estágio para quando fosse chamada para o esperado Banco do Brasil. Enfim, Banco do Brasil! 25 anos de casa. Muito orgulho, muita batalha, uma carreira construída na luta de cada dia.

10 anos de Agência e 10 anos de Direção Geral. Depois de ocupar várias posições como assessora, na DISEG [Diretoria de Seguros, Previdência Aberta e Capitalização] e na DIMEC [Diretoria de Mercado de Capitais], como auxiliar de operações, gerente, caixa executivo, cheguei a educadora formadora no Banco. Eu seria dirigente sindical de qualquer jeito. Não fui como professora porque meus filhos eram pequenos, optei pela família na época.

Depois, já como bancária, abracei. Sou professora por opção, bancária por carreira e sindicalista/militante por devoção. Claro que tudo isso tem a ver com o exemplo de minha mãe Irma Mata Pujals; o apoio de meus irmãos Jeronymo e Lúcia; de meu marido Alexandre, de meus filhos David, Marcelo e Larissa, e o carinho de meu neto Arthur.

Teresa Cristina é carioca, funcionária do Banco do Brasil (BB) e dirigente sindical dos bancários de Brasília. Formada em Direito, bacharel em matemática, especialista em educação de adultos e MBA em Direito Bancário, Teresa Cristina é plural. É membro do Conselho de Usuários da Cassi, Caixa de Assistência dos Funcionários do BB e, como ativista de movimentos feministas, foi porta-voz de todas as funcionárias, no Congresso do BB, em 2016. Nessa emocionada entrevista ela conta um pouco de sua ativa história.

Como sindicalista vejo que o movimento sindical precisa se reinventar. O velho sindicalismo não funciona mais. Precisamos descobrir novas formas de comunicação com as bases, com a juventude. A juventude que está aí não lutou, não conquistou. Encontrou tudo pronto porque nós e as gerações anteriores arrancamos com suor, sangue e lágrimas os direitos que eles entendem como naturais, e que nós sabemos que não são. Precisamos virar a mesa, de forma pacífica. Sou muito mais p'ra Gandhi do que p'ra Che Guevara. O Fórum Intersindical foi uma sacada genial. A saúde do trabalhador é intersindical, intercentral, interpartidária. É o elo que precisamos para a união no meio de tantas disputas, de tantas divergências, de tantas buscas de poder. A experiência de participar desse grupo foi única. Agradeço ao meu guru e professor de vida e sindicalismo Amadeu Alvarenga por ter me apresentado a vocês. Também o tripé academia /serviço público/ trabalhadores foi outra sacada genial. Hoje, estou me realizando na Secretaria de Formação Sindical do Sindicato dos Bancários de Brasília. E pretendo, com força, fazer o mestrado na Fiocruz. Só não penso nisso já porque moro em Brasília. ■ ■ ■

Trabalhadores Anônimos

*Dando Visibilidade às
Identidades Sociais*

Adalgisa Ferreira a fotógrafa voluntária do amor



Adalgisa é fisioterapeuta de formação, há 22 anos, educadora por paixão e fotógrafa voluntária por amor. Baiana, chegou com os pais e mais 7 irmãos ao Rio de Janeiro, em 1974. Vinham em busca de trabalho e uma condição de vida melhor. Observa com emoção ser a sua história parecida com a de muitas famílias que, ao saírem do seu estado, só encontram exploração, pobreza, favela, violência. Registros fotográficos era uma coisa que nem sequer passava pela cabeça da família. Diz não possuir nenhuma fotografia da infância e nem dos seus pais. Contudo, felizmente ficaram as lembranças, as boas e as ruins... Conta-nos: *“perdi meu pai muito cedo e às vezes não me lembro do rosto dele, gostaria de ter tido uma fotografia para não esquecer, mas nosso dinheiro mal dava para alimentar um bando de crianças famintas...”* Pensando nisso, em 2013, resolveu fazer um curso de fotografia, decidida a registrar momentos importantes na vida das pessoas (que não têm como pagar) e passou a fazer isso como um trabalho voluntário. Começou a fotografar casamentos, gravidez, parto, batizados, festas, bebês, pessoas. Montou um estúdio fotográfico na sua casa para abrigar seu sonho de proporcionar ao outro o registro de um momento importante de sua vida. Mas, incansável na busca de atender aos pedidos, também vai às residências, a festas e faz externas levando as pessoas a lugares que nunca foram, como Parque Laje, Urca, Parque das Ruínas e também na Baixada Fluminense e em comunidades. São muitas histórias... Em janeiro próximo tem uma gestante agendada e o cenário escolhido foi uma praia. Apesar de preferir fotografar em locais com mata, atualmente evita por causa dos mosquitos. No Jardim Botânico não vai mais devido à cobrança de taxa aos fotógrafos.

Como não divulga esse trabalho, a indicação vem através de amigos: *“são pessoas que realmente não podem pagar, e, a partir delas, vêm outras indicações de parentes, vizinhos”*. Para dar conta de atender aos pedidos administrar seu tempo tem algumas dificuldades, uma delas é que as datas comemorativas não podem ser mudadas! Assim, se organiza para não faltar a esses compromissos que são caros e únicos. Se existe flexibilidade de agendamento, marca geralmente aos domingos, de preferência no estúdio de sua casa, onde prepara uma bela mesa de café da manhã, regada a um bom papo, para que os futuros fotografados fiquem bem à vontade. Mãe de Marcos (35 anos), advogado e ator, Maria Aline (34 anos), advogada, e Tamires (28 anos), publicitária, Adalgisa, atualmente é aluna do Mestrado em Saúde Pública da ENSP/Fiocruz, orientanda do Prof. Renato Bonfatti, e seu objeto de estudo é a *“Avaliação do Processo de Trabalho em uma Rouparia de um Hospital de Nível Terciário do SUS”*. Devido aos compromissos acadêmicos ela precisou reduzir um pouco as seções de fotografias, principalmente no 1º semestre. Aos poucos administra seu tempo nesse novo momento de vida... Mas com seu sorriso largo e voz carinhosa deixa essa lição de amor, solidariedade e alteridade. O Fórum parabeniza a Adalgisa por já ser uma mestra na arte de amar o próximo. ■ ■ ■

INFORMES

PRÓXIMA REUNIÃO do FÓRUM INTERSINDICAL

Dia 24/07 - 6ª feira

09 às 11:00h - reunião ordinária

11 às 13:00h

Oficina Temática

Vigilância em Saúde do Trabalhador em Cadeias Produtivas:
o caso da cana-de-açúcar
com a Turma do Mestrado Profissional de Visat
CESTEH/ENSP/Fiocruz

Na última reunião do Fórum Intersindical em 27/10/2017
tivemos uma Visita Guiada ao Campus da Fiocruz.

Veja como foi....

Ihquias explicando a Oswaldo Cruz o que é o Fórum Intersindical



Foto:
Marcel Caldas

ATENÇÃO!

Se você tem interesse em escrever um texto
sobre saúde do trabalhador para a nossa seção
artigo do mês entre no blog e veja como
proceder: www.multiplicadoresdevisat.com

CONTINUAM ABERTAS as INSCRIÇÕES para o
BOLETIM ESPECIAL de FOTOGRAFIAS sobre
SAÚDE do TRABALHADOR.

Veja as instruções para o concurso em nosso site
www.multiplicadoresdevisat.com
Já pode ir tirando suas fotos!!

Coordenação:

Ana Paula Bragança (Pesq. Colab. DIHS/ENSP/FIOCRUZ)
Jacqueline Wilhelm Caldas (mestranda ENSP/FIOCRUZ)
Luciene Aguiar (doutoranda ENSP/FIOCRUZ)
Renato José Bonfatti (CESTEH/ENSP/FIOCRUZ)
Luiz Carlos Fadel de Vasconcellos (DIHS/ENSP/FIOCRUZ)

Acompanhe...

...em Juiz de Fora...



Seminário Vigilância em Saúde do
**DO TRABALHADOR E
DA TRABALHADORA**
da região Ampliada de Saúde Sudeste

22 de novembro | 8h30 | Ritz Hotel
(Avenida Barão do Rio Branco, 2.000 - Centro)

Programação:

8h - Credenciamento

8h30 - Café

9h - Composição de mesa

9h30 - Apresentação do Departamento de Vigilância em Saúde do Trabalhador (Dvisat) e Centro de Referência Regional em Saúde do Trabalhador (Ceresst) - Miriam Monteiro, gerente do Dvisat/Ceresst-JF.

10h - Palestra: "Vigilância em Saúde do Trabalhador" - Professor Dr. Luiz Carlos Fadel de Vasconcellos do Departamento de Direitos Humanos, Saúde e Diversidade Cultural da Escola Nacional de Saúde Pública (Dihs/ENSP), da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz)

11h30 - Debate

12h - Almoço

13h30 - Palestra: "Importância da Notificação dos Agravos Relacionados ao Trabalho", Marta de Freitas, diretora da Saúde do Trabalhador da Secretaria de Estado de Saúde (SES)

14h30 - Palestra: "Saúde do Trabalhador e Participação Através do Controle Social" - Jorge Ramos, secretário executivo do Conselho Municipal de Saúde de Juiz de Fora (CMS)

15h30 - Debate

16h - Café

16h30 - Encerramento com a entrega de certificados.

Informações: (32) 3690-7511



...e na Fiocruz...

Aula aberta do Mestrado Profissional Vigilância em Saúde do Trabalhador

BANIMENTO DO AMIANTO Uma luta coletiva e contínua

Palestrante
Fernanda Giannasi (Rede Banasbesto)

Mediador
Luiz Carlos Vasconcelos Fadel

Local:
Salão Internacional, 4º andar
Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca (ENSP)
Rua Leopoldo Bulhões, 1.480 - Mangunhos

23 NOV | 13h30

Brasil sem amianto

Fórum Intersindical

Democracia participativa pela saúde no trabalho

Fórum Intersindical de Formação em Saúde-Trabalho-Direito
para a Ação em Saúde do Trabalhador
Av. Brasil, 4036, sala 905, Mangunhos - CEP: 21.040-361
Rio de Janeiro - RJ - Telefone: (21) 3882-9222/9223
forumintersindical@gmail.com